

# Inação e interesse: a (in)capacidade dos Estados Unidos de parar guerras

BIANCA PINHEIRO E LUÍSA RIBEIRO

**A**pós o final da Segunda Guerra, os Estados Unidos da América emergiram do conflito em uma posição hegemônica no sistema internacional. Dada a sua superioridade econômica e militar, os Estados Unidos foram — e ainda são — capazes de influenciar padrões de conduta dos outros Estados, ocupando um papel autodeclarado de mantenedor da ordem internacional. Nesse sentido, vale destacar que a dominância global americana não decorreu apenas de seu poder material, visto que as instituições exerceram um importante papel. A partir do estabelecimento de regras, de princípios e de organizações que vinculam seus interesses às entrelinhas das relações internacionais, os Estados Unidos foram capazes de organizar o sistema ao seu favor, mantendo-o estável e funcional para os negócios.

Entretanto, a falha dos governos Biden e Trump de parar o genocídio na Faixa de Gaza e a guerra na Ucrânia parece colocar em xeque a capacidade do hegemom em manter a estabilidade do sistema. Considerando este cenário, esta análise busca entender como a atuação dos Estados Unidos nos conflitos citados afeta as bases ideológicas e institucionais da hegemonia estadunidense, especialmente em relação ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e às históricas retóricas de paz e de direitos humanos. Questiona-se, também, se a suposta falha americana de pôr um fim ao massacre palestino e à guerra ucraniana não é, na verdade, intencional, visto os interesses econômicos nas regiões — mesmo que os perseguir signifique o enfraquecimento de sua liderança global.

## Hegemonia por meio de instituições: o caso estadunidense

Em um sistema composto por múltiplos Estados, cujas estruturas políticas e culturais internas diferem entre si, as instituições servem como canais de socialização, em que certos princípios norteadores podem ser adotados para que se estabeleça algum tipo de ordem. Para Ikenberry e Kupchan (1990), as grandes potências utilizam-se deste ambiente social para sutilmente impor ideias que lhe são favoráveis, de forma a induzir elites governantes dos demais países a seguir determinadas condutas. Assim, são esses valores compartilhados que legitimam as ordens hegemônicas, já que foram dispostos pelo hegemon e acatados pela comunidade internacional (Ikenberry; Kupchan, 1990). Além disso, com a promoção de instituições, o hegemon garante certa estabilidade sistêmica (Kindleberger, 1973), ao assegurar regras de convivência e trazer previsibilidade aos comportamentos estatais.

No caso da hegemonia americana, os Estados Unidos aproveitaram a janela de oportunidade na reconstrução pós-guerra para vincularem normas organizacionais que defenderiam seus interesses internacionais, projetando e legitimando o seu poder. Este processo tornou a ordem hegemônica estadunidense altamente pautada em instituições, como o multilateralismo liberal. A própria Organização das Nações Unidas (ONU) contribuiu para a estabilização da liderança estadunidense. Seu caráter multilateral funcionou, historicamente, como um canal de difusão de valores alinhados aos interesses estadunidenses, enquanto o poder de veto no Conselho de Segurança restringe a autonomia da organização à vontade dos Estados Unidos e das outras potências (Ruggie, 1993). Mesmo a defesa da democracia e dos direitos humanos serviu, em diversas ocasiões, como justificativa para intervenções em regiões estrategicamente importantes para os norte-americanos, transformando tais princípios em instrumentos de retórica hegemônica.

Considerando esses aspectos, entende-se que o conceito de hegemonia não se restringe somente ao domínio que certo ator constrói sob o sistema internacional, mas também apoia-se em pilares institucionais. De forma geral, as instituições auxiliam no fortalecimento de uma liderança sistêmica, ao passo que uma convivência estável, na teoria, traz vantagens tanto para o hegemon quanto para os demais Estados. Em tempos recentes, contudo, os EUA parecem optar pela fragilização das mesmas instituições que sustentam o seu poder. Frente aos dois conflitos a serem analisados, é possível identificar os abalos auto infligidos à hegemonia.

## Tragédia em Gaza: falha ou fachada institucional dos Estados Unidos?

Após os eventos de outubro de 2023, a reação imediata do governo de Joe Biden envolveu tanto uma repreensão à brutalidade dos ataques promovidos pelo Hamas quanto uma declaração de apoio incondicional ao seu maior aliado no Oriente Médio, Israel (Harb, 2024). Dessa forma, por muitos meses, Israel lançou campanhas militares ofensivas contra Gaza e dificultou a entrada de ajuda humanitária à população palestina, sem uma objeção significativa por parte dos Estados Unidos quanto às contínuas violações de direitos humanos pelo governo israelense. Em janeiro de 2024, a Casa Branca chegou a afirmar sua oposição a um cessar-fogo, sendo favorável somente a pausas humanitárias e reafirmando o apoio ao direito de "autodefesa" de Israel (Harb, 2024), mesmo às custas de famílias palestinas.

Além disso, a administração de Biden vetou sucessivamente resoluções do Conselho de Segurança que amenizariam a intensidade do conflito. Desde o início das hostilidades até o final do governo Biden, os Estados Unidos barraram múltiplas propostas cujas demandas envolviam pausas humanitárias e entregas facilitadas de insumos básicos em Gaza (Harb, 2024). Ademais, vetaram, sob diferentes pretextos, cinco resoluções que exigiam um cessar-fogo imediato. A delegação americana na ONU alegou que os documentos não continham uma condenação ao Hamas nem uma reafirmação do direito de autodefesa (Al Jazeera Staff, 2024), retardando intencionalmente uma mobilização internacional mais ágil em razão de cláusulas preambulares. Sendo assim, as únicas resoluções adotadas foram de teor mais genérico e de eficácia limitada na promoção da paz, restringindo-se a apelos pelo respeito às normas internacionais sobre proteção de civis (Fletcher, 2025), em vez de exigências mais concretas visando o fim do conflito.

Desse modo, por meio de sua atuação pouco incisiva em relação à Gaza, o governo Biden contribuiu para o processo de enfraquecimento de uma das instituições mais importantes para a hegemonia americana. Apesar de já terem ignorado decisões do Conselho de Segurança no passado, como a invasão do Iraque em 2003 sem mandato da ONU, os Estados Unidos usam historicamente

da organização para legitimar intervenções militares ao redor do mundo. A Resolução 1368 (2001), por exemplo, que autorizou a “Guerra ao Terror” no Afeganistão, valeu-se dos princípios de paz e de cooperação como justificativas, expondo o paradoxo da atuação internacional americana, que articula pressupostos pacíficos para autorizar intervenções violentas e exploratórias. Portanto, ao barrar resoluções em meio a uma crise humanitária amplamente noticiada, o governo americano mina não só a credibilidade do Conselho de Segurança, mas a sua própria, haja vista que a Organização sedimentou-se sob a base ideológica norte-americana.

Quanto ao novo governo de Donald Trump, a fragilização das instituições hegemônicas continua, mas com uma mudança de estratégia e de comportamento. Embora o cessar-fogo entre autoridades do Hamas e do gabinete de Israel tenha sido oficializado ainda na gestão de Biden, em janeiro, o futuro enviado especial de Trump para o Oriente Médio, Steve Witkoff, participou das negociações do acordo (Simmons, 2025). Desde então, o presidente vem centrando a abordagem em relação aos embates na Faixa de Gaza em sua própria figura, afastando-a do canal institucional das Nações Unidas. Por meio de reuniões bilaterais com líderes árabes e israelenses, incluindo o primeiro-ministro Netanyahu, Trump se insere cada vez mais como um ator de influência na região. Em resposta à imprensa em maio, o presidente chegou a afirmar que busca o fim da guerra “o mais rápido possível” (Ravid, 2025). Entretanto, declarações como esta não condizem com outros posicionamentos do país na região. A proposta de Trump para a “Riviera do Oriente Médio” e os interesses da indústria bélica americana no conflito demonstram que discursos de paz são apenas fachadas ideológicas para viabilizar estratégias econômicas.

Primeiro, os planos para a suposta resolução do conflito de Trump não aparentam envolver um arranjo de concessão mútua, favorecendo majoritariamente o lado de Israel. Aqui, destacam-se tanto a proposta feita pelo presidente quanto o rompimento do cessar-fogo. Como solução à rivalidade histórica entre Israel e Palestina, Donald Trump apresentou a possibilidade da remoção forçada e permanente dos palestinos de suas terras e da reconstrução de Gaza como um destino turístico à beira do Mediterrâneo, priorizando interesses imobiliários em detrimento aos direitos da população palestina (Gritten, 2025). Além disso, a gestão de Trump pouco se esforçou para incentivar o cumprimento da segunda fase do cessar-fogo de janeiro (Miller, 2025), permitindo que Israel

retomasse os bombardeios e instalasse um novo cerco, que intensificou a fome extrema no enclave.

Segundo, contrariando as declarações de Trump que supostamente defendiam o fim do conflito, o apoio financeiro e bélico a Israel, por parte dos Estados Unidos, nunca parou. Atualmente, um projeto de venda de armamentos, orçado em US\$ 8 bilhões, aguarda a aprovação — quase certa — do Congresso, o qual já enviou mais de US\$ 20 bilhões em equipamentos de combate para Israel em agosto de 2024 (Reuters, 2025). Historicamente, esse “mercado da guerra” americano lucra com as disputas árabe-israelenses, utilizando-se destes investimentos para ganhar acesso e influenciar politicamente a região (Da Silva; Santos; Lopes, 2025). Assim, mesmo com o potencial de reduzir significativamente os ataques militares à população civil de Gaza, nenhum governo americano ousou intervir nos lucrativos negócios armamentistas, tornando-os cúmplices dos crimes de guerra de Israel. Evidencia-se aqui uma prova da intenção dos Estados Unidos em não parar o genocídio nem reestabelecer a estabilidade na região.

## Oportunismo hegemônico: a lógica norte-americana na guerra da Ucrânia

O desinteresse em pôr fim à guerra não se limita ao caso de Gaza. A postura dos Estados Unidos em relação ao conflito entre Rússia e Ucrânia também revela uma lógica semelhante, na qual interesses estratégicos e econômicos se sobrepõem ao compromisso com a paz e a estabilidade do sistema internacional. Sob a administração de Biden, os EUA condenaram a invasão russa e anunciaram apoio imediato à Ucrânia por meio de sanções à Moscou e de suporte militar à Kyiv (Tadeu, 2022). Nos últimos meses de sua gestão, Biden prometeu enviar “o máximo de ajuda possível” à Ucrânia antes da posse de Donald Trump (Paternoster, 2024), sinalizando uma mudança iminente de postura. Tal ação levanta dúvidas sobre se o objetivo era realmente encerrar a guerra ou proteger os interesses geopolíticos dos EUA frente à histórica rivalidade com a Rússia.

A mudança, de fato, se confirmou com a posse de Donald Trump, cuja abordagem em relação ao conflito representou uma guinada ideológica significativa na política externa

americana. Apesar de ter prometido durante a campanha que “acabaria com a guerra em um dia” (Bischoff, 2025), sua administração adotou uma postura mais ambígua e pragmática, deixando o compromisso com a paz em segundo plano. O atual presidente americano adotou postura mais hesitante em relação ao fim da guerra, chegando a responsabilizar Zelensky pelo impasse nas negociações de paz em reunião na Casa Branca (CNN, 2025a). Como resultado deste clima de tensão, Trump anunciou a suspensão do envio de ajuda militar à Ucrânia (Beale, 2025). Segundo analistas, a capacidade de Kyiv de proteger seu território e sua população depende dos sofisticados sistemas de defesa aérea fornecidos pelos EUA, sem os quais o país se torna mais vulnerável a ataques russos, comprometendo sua defesa e agravando a crise regional (O Globo, 2025).

Outro elemento novo na gestão Trump é o protagonismo crescente de assessores próximos, como Steve Wittkoff, que passaram a conduzir contatos informais com Moscou e Kyiv fora das instâncias tradicionais, reforçando um canal pessoal de negociação alinhado aos interesses do presidente, como ocorre em Gaza. A essa dinâmica soma-se a afinidade pessoal entre Trump e Vladimir Putin, frequentemente caracterizada por elogios públicos e por uma postura menos confrontativa em relação à Rússia. Essa proximidade influencia a forma como Trump enxerga a guerra: mais como um impasse negociável entre líderes do que como um desafio à ordem internacional, o que se reflete em seu menor interesse em confrontar Moscou diretamente.

Além da hesitação militar, outro fator que ajuda a explicar a inação americana é a dimensão econômica. A reunião de fevereiro entre Trump e Zelensky também visou a assinatura de um acordo que garantiria aos Estados Unidos acesso aos minerais de terras raras da Ucrânia — recurso estratégico cuja exploração direta interessa à potência como forma de reduzir sua dependência externa (Kottosová; Radford, 2025). Trump chegou a afirmar que tal acordo seria condição para a concessão de garantias de segurança à Ucrânia durante o conflito (BBC, 2025), evidenciando como os EUA se aproveitaram da vulnerabilidade ucraniana para assegurar interesses econômicos unilaterais, disfarçados sob um discurso de compromisso com a paz.

No plano multilateral, a guerra da Ucrânia também expôs a instrumentalização do CSNU pelos Estados Unidos. Como esperado, qualquer resolução condenando a invasão e exigindo a retirada imediata das tropas foi vetada pela

Rússia. Entretanto, no início do conflito, a gestão Biden insistiu em levar propostas ao Conselho, mesmo que fadadas à rejeição russa. Assim, uma maneira de analisar tal estratégia é interpretá-la não apenas como um esforço diplomático, mas como uma estratégia de expor e antagonizar publicamente a Rússia. Essa escolha acabou por reforçar a percepção de que Washington prefere administrar os conflitos em vez de solucioná-los, por vezes falhando em sua função autoimposta de mediador que outrora sustentava sua liderança. Ao instrumentalizar o Conselho e fracassar em oferecer caminhos concretos para a paz, os EUA contribuíram para o desgaste de sua própria hegemonia e para a consolidação de um cenário internacional no qual a resolução das crises já não é catalisada por sua participação.

Similarmente, em termos de enfraquecimento institucional, a gestão de Trump vem optando pela retração de alianças militares, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que ajudaram a sustentar sua hegemonia por décadas. Essa postura contrasta com a expectativa de que os Estados Unidos assumiriam um papel ativo na articulação de soluções diplomáticas multilaterais diante do impasse no Conselho de Segurança. Em vez disso, a administração Trump preferiu adotar uma abordagem transacional, priorizando acordos bilaterais e exigindo uma maior participação dos países europeus no orçamento da OTAN (Badawi; Zreik, 2025). A escolha revela não apenas o abandono de compromissos históricos, mas também o desinteresse em preservar a própria ordem internacional que os favoreceu por tanto tempo (Keohane; Nye, 2025).

Nesse cenário, os Estados Unidos não apenas deixaram de responder à altura da sua retórica tradicional de liderança global, como também contribuíram ativamente para o esvaziamento da credibilidade do sistema coletivo de segurança. Com isso, os EUA comprometem os próprios fundamentos da sua hegemonia — historicamente assentada na combinação entre poder militar, autoridade moral e compromisso com o multilateralismo (Ikenberry, 2003). A guerra da Ucrânia, nesse sentido, tornou-se não apenas um palco de disputa entre potências, mas também um espelho do declínio do papel estabilizador dos EUA no sistema internacional, reforçando a percepção de que os mecanismos institucionais existentes — CSNU incluído — estão cada vez mais subordinados aos cálculos de poder das potências que deveriam sustentá-los.

Assim como em Gaza, a atuação americana na guerra da Ucrânia revela não uma limitação de atuação, mas uma

uma escolha deliberada de priorizar seus interesses estratégicos e econômicos. O abandono da retórica de liderança democrática e moral enfraquece os pilares ideológicos da hegemonia dos Estados Unidos e compromete seu papel histórico nas instituições multilaterais. Ao condicionar apoio militar à assinatura de acordos vantajosos e suspender ajuda diante da resistência ucraniana, os EUA reafirmam uma lógica instrumental nas relações internacionais. Esse movimento de retração de sua tradicional posição de liderança global cria um vácuo de poder que sinaliza aos demais países a ausência de uma potência estabilizadora. Como consequência, analistas projetam o avanço do armamento e dos investimentos em defesa ao redor do mundo, ampliando a instabilidade global e o risco de novos conflitos (CNN, 2025b). Além disso, é possível prever a consolidação de uma multipolaridade pouco institucionalizada — um ambiente internacional em que predominam relações de poder competitivas, com baixa previsibilidade e normas frágeis.

## Considerações finais

Portanto, considerando as decisões tomadas até agora pelos governos de Joe Biden e de Donald Trump, a postura dos Estados Unidos demonstra um desinteresse em promover uma solução duradoura tanto para a tragédia humanitária em Gaza quanto para o longo confronto na Ucrânia. Em relação à Palestina, diferentes fatores revelam o enfraquecimento das bases institucionais e ideológicas da hegemonia estadunidense, como o bloqueio das ações no Conselho de Segurança durante o governo Biden e o seu completo esquecimento na gestão Trump. Para alcançarem seus objetivos econômicos no Oriente Médio, principalmente relativos à indústria bélica, os Estados Unidos escancaram a fachada das instituições que sustentam sua hegemonia. Já no conflito entre Rússia e Ucrânia, a mesma lógica se repete: o apoio americano à Ucrânia, apesar de declarado, está condicionado a interesses estratégicos e econômicos, como a exploração de minerais críticos. Esta postura ambígua reflete um pragmatismo econômico que distancia os EUA de seu papel tradicional de liderança global. Em contradição com a teoria de Kindleberger (2013), segundo a qual o hegemom deve zelar pela estabilidade do sistema internacional, os Estados Unidos discursam sobre a paz enquanto lucram com a guerra.

Em ambos os conflitos, a atuação americana contribui para a fragmentação do sistema internacional, evidenciando

a falência das responsabilidades que historicamente justificaram sua posição de liderança global. Para encerrar o sofrimento do povo palestino e ucraniano além de mitigar outras instabilidades regionais, seria necessário que os Estados Unidos — ainda que em aparente declínio — se interessasse por esses fins, o que, infelizmente, não parece ser o caso. A comunidade internacional se vê paralisada diante de grandes conflitos, enquanto o hegemom que sustentava a ordem vigente abandona seus pilares. Em vez de promover a estabilidade global, os Estados Unidos parecem trilhar um caminho rumo à ruína, guiados pela fragmentação e pela busca de interesses imediatos — um rumo que desafia não só a paz, mas a própria sobrevivência do sistema internacional vigente.

## Referências

---

AL JAZEERA STAFF. US vetoes UN Security Council resolution demanding Gaza ceasefire. **Al Jazeera Media Network**, 20 nov. 2024. Disponível em: [www.aljazeera.com/news/2024/11/20/us-vetoes-un-security-council-resolution-demanding-gaza-ceasefire](http://www.aljazeera.com/news/2024/11/20/us-vetoes-un-security-council-resolution-demanding-gaza-ceasefire). Acesso em: 31 maio 2025.

BADAWI, H.; ZREIK, M. Counting allies' coins: Trump's NATO strategy and its implications for transatlantic relations. **Journal of Transatlantic Studies**, v. 23, n. 4, 28 mar. 2025.

BBC. EUA e Ucrânia assinam acordo histórico sobre terras raras; o que acontece agora. **BBC**, 30 abr. 2025. Disponível em: [www.bbc.com/portuguese/articles/creq4yjvneo](http://www.bbc.com/portuguese/articles/creq4yjvneo). Acesso em: 7 jun. 2025.

BEALE, J. Trump suspende ajuda militar à Ucrânia: Europa consegue deter Rússia sem os EUA. **BBC**, 2 mar. 2025. Disponível em: [www.bbc.com/portuguese/articles/cwye6e7gpexo](http://www.bbc.com/portuguese/articles/cwye6e7gpexo). Acesso em: 8 jun. 2025.

BISCHOFF, W. Trump prometeu fim da guerra na Ucrânia em 1 dia; entenda por que os bombardeios continuam após 90 dias. **G1**, 18 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2025/04/18/como-putin-tem-conseguido-enrolar-trump-para-o-cessar-fogo-na-ucrania.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2025.

CNN. Saiba como foi a reunião hostil entre Zelensky, Trump e Vance. **CNN Brasil**, 1 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/saiba-como-foi-a-reuniao-hostil-entre-zelensky-trump-e-vance/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CNN. Professor analisa impacto da suspensão da ajuda militar dos EUA à Ucrânia. **CNN Brasil**, 4 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/professor-analisa-impacto-da-suspensao-da-ajuda-militar-dos-eua-a-ucrania/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

CONSELHO DE SEGURANÇA. Resolução 1368. **United Nations Digital Library**, 2001. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/448051>. Acesso em: 31 maio 2025.

DA SILVA, Q. V.; SANTOS, S.; LOPES, G. T. O Mercado da Guerra nos Últimos Dez Anos: Como a Indústria de Defesa Americana se Beneficiou do Conflito Israelo-Palestino. **RevistaFT**, v. 29, n. 140, nov. 2024. Disponível em: [revistaft.com.br/o-mercado-da-guerra-nos-ultimos-dez-anos-como-a-industria-de-defesa-americana-se-beneficiou-do-conflito-israelo-palestino/](http://revistaft.com.br/o-mercado-da-guerra-nos-ultimos-dez-anos-como-a-industria-de-defesa-americana-se-beneficiou-do-conflito-israelo-palestino/). Acesso em: 1 jun. 2025.

# Referências

---

FLETCHER, T. UN Relief Chief calls on Security Council to act decisively to prevent genocide in Gaza. **United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA)**, New York, 13 maio 2025. Disponível em: [www.unocha.org/news/un-relief-chief-calls-security-council-act-decisively-prevent-genocide-gaza](http://www.unocha.org/news/un-relief-chief-calls-security-council-act-decisively-prevent-genocide-gaza). Acesso em: 31 maio 2025.

GRITTEN, D. US and Israel reject Arab alternative to Trump's Gaza plan. **BBC News**, 5 mar. 2025. Disponível em: [www.bbc.com/news/articles/cn7vd4pnxx3o](http://www.bbc.com/news/articles/cn7vd4pnxx3o). Acesso em: 1 jun. 2025.

HARB, A. Timeline: The Biden administration on Gaza, in its own words. **Al Jazeera Media Network**, 7 mar. 2024 Disponível em: [aljazeera.com/news/2024/3/7/timeline-the-biden-administration-on-gaza-in-its-own-words](http://aljazeera.com/news/2024/3/7/timeline-the-biden-administration-on-gaza-in-its-own-words). Acesso em: 31 maio 2025.

IKENBERRY, G. J. Is American Multilateralism in Decline?. **Perspectives on Politics**, v. 1, n. 03, p. 533–550, 28 ago. 2003.

IKENBERRY, G. J.; KUPCHAN, C. A. The Legitimation of Hegemonic Power. In: RAPKIN, D. (org.). **World Leadership and Hegemony**. Boulder e Londres: Lynne Rienner Publishers, 1990. Cap. 3, p. 49–69.

KINDLEBERGER, C. **The world in depression: 1929–1939**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2013 [1973].

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. The End of the Long American Century. **Foreign Affairs**, 2 jun. 2025. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/united-states/end-long-american-century-trump-keohane-nye>. Acesso em: 3 jun. 2025.

KOTTASOVÁ, I.; RADFORD, A. Por que os EUA querem um acordo de minerais com a Ucrânia?. **CNN Brasil**, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/por-que-os-eua-querem-um-acordo-de-minerais-com-a-ucrania/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MILLER, A. The Trump Administration 's Responsibility for the Failed Ceasefire in Gaza. **Center for American Progress**, 14 abr. 2025. Disponível em: [www.americanprogress.org/article/the-trump-administrations-responsibility-for-the-failed-ceasefire-in-gaza/](http://www.americanprogress.org/article/the-trump-administrations-responsibility-for-the-failed-ceasefire-in-gaza/). Acesso em: 1 jun. 2025.

O GLOBO. Quais recursos a Ucrânia recebia dos EUA e o que a suspensão da ajuda significa para a linha de frente do país?. **O Globo**, 3 abr. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/03/04/quais-recursos-a-ucrania-recebia-dos-eua-e-o-que-a-suspensao-da-ajuda-significa->

## Referências

---

PATERNOSTER, T. Biden envia ajuda para a Ucrânia continuar a lutar. **Euro News**, 14 nov. 2025. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2024/11/14/biden-envia-ajuda-para-a-ucrania-continuar-a-lutar-no-proximo-ano-diz-blinken>. Acesso em: 5 jun. 2025.

RAVID, B. Trump says he wants to end the war in Gaza "as quickly as possible". **Axios**, 25 maio 2025. Disponível: <https://www.axios.com/2025/05/26/trump-end-gaza-war-netanyahu-pressure>. Acesso em: 1 jun. 2025.

REUTERS. U.S. plans \$8 billion arms sale to Israel, U.S. official says. **CNBC**, 3 jan. 2025. Disponível em: [www.cnbc.com/2025/01/04/us-plans-8-billion-arms-sale-to-israel-axios-reports.html](http://www.cnbc.com/2025/01/04/us-plans-8-billion-arms-sale-to-israel-axios-reports.html). Acesso em: 1 jun. 2025.

RUGGIE, J. G. (org.). **Multilateralism matters: the theory and praxis of an institutional form**. New York: Columbia University Press, 1993.

SIMMONS, K. How an NYC real estate tycoon became Trump's man in the room for Gaza negotiations. **NBC News**, 2025. Disponível em: [nbcnews.com/news/world/witkoff-trump-gaza-hamas-israel-ceasefire-envoy-rcna187954](https://www.nbcnews.com/news/world/witkoff-trump-gaza-hamas-israel-ceasefire-envoy-rcna187954). Acesso em: 1 jun. 2025.

TADEU, V. Biden classifica ofensiva russa como "invasão" e anuncia pacote de sanções. **CNN Brasil**, 22 fev. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/biden-classifica-ofensiva-russa-como-invasao-e-anuncia-pacote-de-sancoes/>. Acesso em: 12 maio. 2025.